

Tendências Recentes da Consolidação Bancária no Brasil[†]

Luiz Fernando de Paula*
Maria Beatriz L. Marques**

Resumo: Este artigo objetiva analisar as causas e conseqüências da consolidação bancária no Brasil, procurando avaliar as especificidades do processo de consolidação bancária no país à luz da experiência internacional. Em particular, o artigo mostra que ainda que o Brasil venha seguindo, em algum grau, as tendências da consolidação bancária em nível mundial e nos países emergentes, há especificidades importantes nesse processo que devem ser destacadas.

Palavras-Chave: consolidação bancária, fusões e aquisições, setor bancário brasileiro.

Abstract: The paper aims at analyzing the causes and consequences of banking consolidation in Brazil, focusing on the particular features of the process of the Brazilian banking consolidation in the light of the international experience. In particular, the paper shows that although Brazil is following the general trends of banking consolidation around the world (in both OCDE countries and emerging countries), there are some important particular features that should be stressed.

Key-words: banking consolidation, mergers and acquisitions, Brazilian banking sector.

JEL Classification: G15; G21; G34.

1 Introdução

A consolidação bancária – entendida como o processo resultante de uma fusão ou uma aquisição, seja dentro de um setor da indústria financeira ou entre setores, que em geral reduz o número de instituições e aumenta o tamanho destas, assim com o grau de concentração de mercado – é um fenômeno que vem ocorrendo em vários países do mundo. A maior evidência empírica deste processo é o acentuado crescimento das fusões e aquisições financeiras nos anos 1990, nos países desenvol-

[†] O apoio do PRONEX/CNPq/FAPERJ e a assistência de Fábio Barcelos (PIBIC/CNPq) são reconhecidos.

* Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE/UERJ) e pesquisador do CNPq. E-mail: luizfpaula@terra.com.br e webpage: <http://paginas.terra.com.br/educacao/luizfpaula>.

** Mestre em Economia pela UFF. E-mail: maria@tbg.com.br

Recebido em setembro de 2005. Aceito em fevereiro de 2006.

vidos e em alguns países emergentes, em termos de número, tamanho e valor de negócios.¹ A desregulamentação dos serviços financeiros em nível nacional, a maior abertura do setor bancário à competição internacional, os desenvolvimentos tecnológicos em telecomunicações e informática, com impacto sobre o processamento das informações e sobre os canais alternativos de entrega de serviços (ATMs, internet, banco eletrônico, etc.), e, por último, as mudanças na estratégia gerencial das instituições financeiras são fatores que juntos têm empurrado as instituições financeiras para um acelerado processo de consolidação.

No Brasil, esse processo vem ocorrendo com intensidade, sobretudo a partir de 1995, em função da estabilização de preços, da recente entrada de bancos estrangeiros no país, da privatização de bancos estaduais, e da adesão do país aos Acordos da Basiléia, entre outros motivos. Este movimento deve também ser entendido no contexto do processo de reestruturação bancária em nível mundial, que tem levado à expansão internacional de alguns conglomerados financeiros.

Este artigo objetiva analisar as *causas* e *conseqüências* da consolidação bancária no Brasil, procurando avaliar as especificidades do processo de consolidação bancária no país à luz da experiência internacional. Em particular, mostrar-se-á que, ainda que o Brasil venha seguindo, em algum grau, as tendências da consolidação bancária em nível mundial e nos países emergentes, há especificidades importantes nesse processo, como atesta a vigorosa reação dos grandes bancos privados nacionais à penetração dos bancos estrangeiros.

O artigo está dividido em cinco seções, além desta introdução. Na seção 2 analisam-se os padrões da consolidação bancária recente, enquanto a seção 3 efetua um breve panorama da consolidação bancária no mundo. A seção 4, por sua vez, examina as “forças da mudança” da consolidação bancária no Brasil, enquanto que os impactos desse processo são avaliados na seção 5. A seção 6 avalia algumas especificidades do caso brasileiro, à guisa de conclusão.

2 Padrões de consolidação bancária

De forma geral, fusões e aquisições (F&As) bancárias podem ser divididas em quatro tipos, tal como descrito abaixo: F&As bancárias

¹ Segundo o relatório do Group of Ten (2001), que inclui a análise e dados da consolidação bancária em 13 países – G10 mais Espanha e Austrália –, nos anos 1990 foram registrados mais de 7.300 operações de F&As entre instituições financeiras, totalizando um valor ao redor de USD 1,6 trilhões. Este rápido crescimento do total de transações de F&As – que se acelerou nos últimos três anos da década – foi acompanhado de um aumento no tamanho estimado da transação média em termos de ativo (Group of Ten, 2001, p. 33-4).

domésticas; F&As bancárias internacionais; conglomerações domésticas; e conglomerações internacionais (EUROPEAN CENTRAL BANK, 2000, p.10-16).

F&As bancárias domésticas – são operações entre instituições bancárias localizadas num mesmo país e que têm como motivação principal a busca por economias de escala quando realizadas por instituições de pequeno e médio porte. Quando ocorrem, porém, entre instituições maiores, refletem, além da busca por eventuais economias de escala, a necessidade de tornar-se grande para um reposicionamento no mercado, isto é, aumento do poder de mercado.

F&As bancárias internacionais – são operações feitas entre instituições bancárias, porém entre instituições de países diferentes. Existe a mesma motivação de ser grande o suficiente, mas agora em nível regional ou mundial. Além disso, pode ser motivada pela estratégia de poder servir clientes no exterior ou pela diversificação e busca de novos mercados lucrativos.

Conglomerações financeiras domésticas – são operações que geram conglomerados financeiros abrangendo diferentes setores da indústria financeira, sendo realizadas por instituições bancárias e não-bancárias de um mesmo país. A principal motivação é a busca por economias de escopo e, com isso, diversificação de risco e de rendimento.

Conglomerações financeiras internacionais – são operações realizadas como as conglomerações financeiras domésticas só que feitas por instituições de países diferentes. As motivações são as mesmas da conglomeração doméstica.

Uma outra taxonomia utilizada para a consolidação bancária, sugerida Hawkins e Mihaljek (2001, p.17-22), é a de *identificação do padrão e da causa da consolidação*, que pode ser dividido em três grupos: consolidação dirigida pelo mercado, consolidação como resposta a estruturas bancárias ineficientes ou frágeis, e consolidação dirigida pelo governo.

Consolidação dirigida pelo mercado – trata-se das consolidações que ocorreram após a desregulamentação dos mercados domésticos, a abertura à competição externa e os avanços tecnológicos na indústria bancária, resultando em uma maior competitividade no setor e conseqüente redução nas margens líquidas de lucro dos bancos. Neste tipo de consolidação, o setor bancário responde às pressões competitivas buscando uma diminuição nos custos operacionais, de modo a obter ganhos de escala e de rendas, e diversificando as atividades e os riscos, de modo a lograr economias de escopo. Na grande maioria dos casos este tipo de consolidação ocorre em países de economias maduras.

Consolidação como resposta a estruturas bancárias ineficientes ou frágeis – este tipo de consolidação foi uma característica da América La-

tina nos anos 1990. Apesar da existência de experiências bastante variadas de consolidação, sendo elas ou não dirigidas pelo governo, a maioria das que aconteceram nesta região são uma resposta a uma relativa ineficiência do setor e/ou a existência de estruturas bancárias frágeis decorrentes de crises bancárias resultantes do impacto do “efeito Tequila” sobre o sistema financeiro doméstico em 1995. As ineficiências apontadas são resultado da baixa competitividade desses mercados e do relativo atraso com relação às tecnologias, tanto de produtos quanto de comunicação.

Consolidação dirigida pelo governo – aconteceu, na maioria dos casos, na Ásia. Trata-se da intervenção direta das autoridades para promover a consolidação através de incentivos que estimulem F&As e para facilitar a entrada de bancos estrangeiros. Esta consolidação foi motivada, em alguns países asiáticos, principalmente, pela necessidade de fortalecimento do setor, da adequação de capital dos bancos e para promover a viabilidade financeira de bancos menores, muitos deles familiares, afetados pela crise de 1997/98. No caso de países em transição do Leste Europeu, a consolidação foi motivada pela privatização de bancos estatais.

De acordo com Hawkins e Mihaljek (2001, p.17), a consolidação dirigida pelo mercado é um fenômeno relativamente novo em economias emergentes e tem sido observada recentemente na Europa Central. Isto é, este tipo de consolidação foi, na grande maioria, observado nos mercados maduros. Em países emergentes, a maioria das F&As do sistema financeiro foi resultado de esforços do governo para a redução das ineficiências do setor, ou de intervenções após as crises bancárias. Com o aumento da competição causada pela desregulamentação, privatização e entrada de bancos estrangeiros, a consolidação se torna, cada vez mais, dirigida pelo mercado.

3 Breve panorama da consolidação bancária no mundo

3.1 Causas da consolidação bancária

Esta seção apresenta uma sucinta descrição, a partir da literatura, das principais causas da consolidação na indústria bancária no mundo. Uma das causas da consolidação, freqüentemente apontada, tem sido o *desenvolvimento das tecnologias de informação e de telecomunicações*, visto que, para o setor bancário, a velocidade das informações e acessibilidade desses recursos gerou novas oportunidades de ganho e o aparecimento de novos negócios bancários.

Em particular, essas transformações geraram benefícios às instituições financeiras, através de (cf. Group of Ten, 2001, p. 71-72): (i) mudan-

ças na capacidade de distribuição de produtos e serviços, levam a possibilidade de atendimento de um maior número de clientes e a cobertura de áreas maiores com custos bem menores; (ii) criação de novos produtos e serviços financeiros e maior acessibilidade para os clientes de desenvolverem operações globais, minimizando os riscos operacionais desse tipo de transação; (iii) possibilidade das instituições financeiras de oferecer produtos e serviços que antes não cabia a determinada categoria de instituição;² (iv) produtos financeiros que podem ser mais facilmente padronizados, e oferecidos de modo a se adequarem ao perfil de risco de cada cliente, mesmo os de pequeno porte; (v) ao nível do varejo, os canais de entrega eletrônica possibilitaram o fornecimento de serviços, tirando vantagem do nome do banco e de sua base de dados de clientes sem a necessidade da presença física nas agências.³

Além disso, a *desregulamentação dos mercados domésticos e a maior abertura para a competição estrangeira* tornaram – em tese – mais contestáveis os mercados financeiros em economias maduras acarretando a necessidade de ajuste das instituições financeiras em economias emergentes. A abertura dos mercados domésticos foi, de certo modo, a resposta das autoridades governamentais de alguns países aos avanços tecnológicos e às crises bancárias da década de 1990. Essa medida foi tomada para que houvesse o fortalecimento do setor no âmbito doméstico, embora a participação dos bancos estrangeiros na recente crise argentina esteja levando a um questionamento da eficiência dessa medida. Métodos regulatórios mais tradicionais foram substituídos por um sistema baseado na busca de um maior aproveitamento de eficiência via competição. Já a desregulamentação dos mercados domésticos fez parte de um processo de liberalização financeira que ocorreu desde o final os anos 1970, estimulado inicialmente pela adoção de políticas neoliberais implantadas nos EUA e no Reino Unido. Recentemente, a desregulamentação financeira tomou força nos EUA e no âmbito da União Européia (UE).

Por fim, também houve *mudanças no comportamento ou nas estratégias corporativas dos bancos*. Por um lado, as crescentes pressões exercidas sobre os bancos para a manutenção de seus clientes geraram a necessidade de fontes alternativas de *funding* e de maior diversificação de seus riscos; por outro, houve uma nova ênfase no retorno ao acionista (*shareholder value*). O aumento da competitividade levou a uma

² Por exemplo, os bancos passaram a oferecer serviços de firmas seguradoras, enquanto que as instituições não-bancárias começaram a se enveredar em atividades tradicionalmente bancárias.

³ Para o mercado bancário varejista ainda é muito importante a presença física do cliente na agência, mas ainda assim derrubou-se uma barreira relacionada ao fornecimento de serviços financeiros diversificados.

queda das margens de lucro, como será visto abaixo, e gerou um aumento considerável nas pressões dos acionistas para o aumento da lucratividade. Com isso bancos tiveram que buscar fontes alternativas de *funding* nos mercados domésticos e estrangeiros, incentivando a consolidação.

3.2 Características gerais da consolidação bancária nos países da OCDE

Como já assinalado, a consolidação bancária nos países da OCDE pode ser caracterizada como um padrão de “consolidação dirigida pelo mercado”, em que as F&As bancárias vêm ocorrendo como resultado da desregulamentação dos mercados domésticos, da abertura a competição externa e dos avanços tecnológicos.⁴

Países em que predominavam sistemas financeiros segmentados, novas instituições financeiras (p. ex., instituições de poupança) e não-financeiras (p. ex., grandes lojas de varejo e firmas de cartão de crédito) entraram no mercado de crédito comercial. Além disso, investidores institucionais têm competido com bancos para atrair as poupanças financeiras das firmas e das famílias. Conseqüentemente, o mercado bancário está se tornando mais competitivo uma vez que o grau de concorrência nesse mercado está aumentando, diminuindo assim a vantagem de custo que os bancos tinham em adquirir fundos. Neste contexto, os bancos comerciais têm procurado diversificar suas atividades, como os de seguro e títulos, de modo a compensar as perdas no campo do crédito bancário e a manter sua posição destacada como intermediário financeiro. Em particular, eles têm dado prioridade a serviços financeiros que geram rendas (*underwriting*, administração de fundos de pensão, assessoria em F&As de firmas, administração de portfólio das firmas, etc.) assim como a atividades fora do balanço, tais como aceite bancário, securitização e derivativos. Como resultado, em vários países desenvolvidos existe uma clara tendência de crescimento na participação relativa das receitas não-juros no total do resultado bruto dos bancos.

A Tabela 1 mostra que, no período recente, a margem de juros líquida dos bancos apresenta uma tendência de declínio na maioria dos países selecionados. De fato, o generalizado aperto nas margens líquidas de juros evidencia a perda a longo prazo de lucratividade nas atividades tradicionais de intermediação. Como a margem de juros líquida tem estado sujeita a pressões competitivas cada vez maiores, o que gera um

⁴ De acordo com o BIS (1996, p. 83), “o levantamento dos constrangimentos sobre os balanços, taxa de juros e comissões, a redução nas barreiras geográficas e funcionais e os avanços tecnológicos têm desencadeado forças nunca antes vistas trabalhando por uma maior reestruturação e consolidação na indústria bancária”.

declínio nos fluxos de ganhos em relação aos custos, os bancos têm crescentemente buscado aumentar suas rendas não-financeiras como fonte de receitas, em particular tarifas e comissões.⁵ Por outro lado, por causa da pressão por canais alternativos de *funding*, assim como da pressão de outros bancos domésticos e estrangeiros, existe uma crescente ênfase no retorno aos acionistas como o principal objetivo dos negócios dos bancos. De modo a alcançar tal objetivo, os bancos estão cortando custos operacionais, concentrando suas atividades em um conjunto de produtos e serviços que geram mais altas taxas de retorno e, ao mesmo tempo, expandindo suas atividades dentro e fora das fronteiras nacionais. Como resultado, a lucratividade dos maiores bancos tem-se mantido elevada em um grupo importante de países, como os EUA, Reino Unido e França (ver Tabela 1).

Algumas tendências gerais de reestruturação na indústria bancária a partir da década de 1980 nos países desenvolvidos incluem, além do declínio nas margens líquidas de intermediação financeira dos maiores bancos e do aumento da importância das receitas não-juros, os seguintes aspectos: (i) o número de instituições depositárias tem declinado, ao mesmo tempo em que o tamanho médio dessas instituições tem crescido, levando a um aumento na concentração bancária na maioria dos países; (ii) as despesas de pessoal têm declinado em todos os países e, em menor extensão, a rede de agências bancárias também encolheu (cf. BIS, 1999).

O processo de consolidação tem sido desigual entre os países e também entre os diferentes segmentos do sistema financeiro. Tanto os níveis de atividades de F&As como percentagem do PIB como as tendências dos números e tamanhos de F&As têm variado de país para país. Em particular, o processo de reestruturação bancária na maior parte da Europa continental e no Japão tem ficado atrás dos países de língua inglesa.⁶ Por outro lado, enquanto que as instituições financeiras no Japão e nos EUA têm focado suas negociações de F&As no mercado doméstico, outros países, como a Bélgica, as transações internacionais têm sido mais freqüentes.

⁵ As receitas não-juros como percentual da receita total dos bancos cresceu de 24% nos EUA, 16% na França, 29% no Reino Unido, 22% no Canadá, em média em 1980/82, para 35%, 46%, 43% e 36%, respectivamente, em 1992/94, mantendo-se, contudo, estável na Alemanha e Itália (BIS, 1996, p. 82).

⁶ Segundo dados do Group of Ten (2001), os EUA computaram cerca de 55% de todas as F&As realizadas na década de 1990, devido, em parte, ao grande número de pequenas/médias instituições envolvidas nessas atividades.

Tabela 1. Lucratividade dos Maiores Bancos em Países Desenvolvidos (como percentagem da média do total de ativos).

País	Lucro antes dos impostos			Margem de juros líquida			Custos operacionais					
	1997	1999	2001	2003	1997	1999	2001	2003	1997	1999	2001	2003
EUA	1,77	2,17	1,52	2,04	3,19	3,34	3,11	2,99	3,62	3,84	4,03	3,41
Canadá	1,24	1,17	0,91	1	2,24	1,94	1,96	1,99	2,55	2,59	2,84	2,78
Japão	0,00	0,42	-0,69	0,07	1,28	1,14	1,01	0,55	1,13	0,89	1,01	0,8
Austrália	1,63	1,72	1,47	1,49	3,09	2,72	2,22	2,13	2,88	2,55	2,15	2,3
Alemanha	0,36	0,43	0,14	-0,2	1,23	0,95	0,9	0,79	1,71	1,65	1,77	1,66
Reino Unido	0,99	1,43	1,24	1,22	2,16	2,3	2,04	1,82	2,72	2,4	2,38	2,12
França	0,37	0,69	0,67	0,58	1,07	1,14	0,65	0,91	1,43	1,85	1,5	1,55
Itália	0,02	-	0,9	0,81	2,03	-	2,21	2,05	2,36	-	2,42	2,52
Espanha	0,99	1,21	1,2	1,27	2,66	2,62	2,92	2,38	2,68	2,65	2,61	2,12
Suíça	-0,11	0,82	0,41	0,63	0,85	0,7	0,68	0,88	2,06	2,55	2,83	2,03
Suécia	0,81	0,84	0,83	0,77	1,83	1,27	1,5	1,44	1,61	1,5	1,53	1,37

Fonte: BIS (1999, 2001, 2003, 2004).

3.3 Características e especificidades dos países emergentes

Para iniciar a análise das especificidades da consolidação em países emergentes é importante fazer a distinção do processo que ocorre em mercados maduros (EUA, União Européia e Japão) e nos mercados emergentes (Ásia, América Latina e Europa Oriental). Apesar de as mesmas forças estarem orientando a consolidação em ambos os mercados, existem algumas diferenças que são importantes destacar:

- a) *F&As entre fronteiras (entre instituições de diferentes países) são uma exceção em economias maduras e uma regra em mercados emergentes.* Em mercados emergentes observou-se o aumento da participação de instituições estrangeiras no *market share* doméstico, fato este que é bem menos frequente nos países de economias maduras. Isto porque nos mercados maduros a consolidação bancária surgiu como um processo de resposta à desregulamentação e à maior competição no mercado interno. Assim as F&As nos mercados maduros foram direcionadas para as instituições domésticas.⁷ Nos mercados emergentes, por outro lado, a existência de F&As envolvendo instituições estrangeiras foi entendida, em vários casos, como um meio para estimular os canais de entrada de fluxos de capitais através dessas instituições e fortalecer o mercado financeiro doméstico que se viu palco de várias crises bancárias dos anos 1990.
- b) *Para mercados maduros a consolidação bancária tem servido, principalmente, para aumentar a eficiência ou o poder de mercado e para países emergentes é uma maneira de resolver crises financeiras,* conforme já observado anteriormente. Assim, em mercados maduros observou-se que a resposta para a consolidação vem da busca de economias de escala, de escopo e de rendas, além de um melhor posicionamento dos bancos nacionais no mercado doméstico. A consolidação em países emergentes veio, mais uma vez, da necessidade do setor bancário em enfrentar as crises bancárias que afetaram suas economias.
- c) *Em mercados emergentes observou-se na grande maioria dos casos a consolidação dirigida pelo governo enquanto que em mercados maduros tem-se a consolidação dirigida pelo mercado,* conforme já observado anteriormente.

Duas importantes características que distinguem a consolidação bancária em mercados emergentes são os grandes distúrbios que as crises bancárias causaram e as privatizações que vieram como resposta. Houve algumas crises bancárias durante a década de 1990 que aconteceram após a desregulamentação bancária. Adiciona-se que a atuação dos ban-

⁷ Por exemplo, nos EUA existia uma histórica segmentação do mercado financeiro que, com a queda das barreiras regulatórias, pôde surgir, pouco a pouco, através de F&As, bancos que pudessem atuar em território nacional norte-americano e/ou como banco universal. Esta etapa da consolidação é bastante recente e pode ter tirado o foco dos bancos americanos para aquisições fora do país.

cos públicos caiu consideravelmente na década passada nos mercados emergentes, quando, na maioria dos casos, a participação no mercado – em termos de depósitos e empréstimos – era de mais da metade no final da década de 1980, caindo uma década depois para 20% na Europa Central e para 15% na América Latina (HAWKINS e MIHALJEK, 2000, p.7).

Existem, dentro do padrão de consolidação dos mercados emergentes, especificidades dos diferentes países e das diferentes regiões analisadas, entre as quais cabe destacar (IMF, 2001, p.126-131):

- a) Na Ásia, as consolidações aconteceram após as crises financeiras de 1997/98 e foram na sua maioria dirigidas pelo governo, com exceção de Hong Kong e Singapura, que saíram relativamente ilesos dessa crise e passam por um tipo de consolidação mista. Embora o número de instituições bancárias tenha diminuído nos principais países emergentes da Ásia, este movimento não foi acompanhado de um aumento na concentração bancária, que, pelo contrário, tendeu a desconcentrar-se (ver Tabela 2).
- b) Na América Latina, o processo de consolidação tem sido mais avançado entre os países emergentes, como resultado da ocorrência de crise financeira e da entrada de bancos estrangeiros nesses mercados. Assim, houve grande envolvimento do governo na condução da consolidação bancária logo após a crise de 1994/95, mas, no final da década de 1990, esse processo apresentou-se, relativamente, mais a cargo das forças de mercado. Na América Latina, ao contrário dos principais países emergentes da Ásia e da Europa Central, a redução no número de instituições bancárias veio, em geral, acompanhada de uma acentuada concentração bancária.
- c) Na Europa Central os sistemas bancários eram muito mais concentrados do que os dos outros países emergentes analisados, devido ao legado da época da Cortina de Ferro, quando existia um grande banco estatal que concentrava uma grande fatia das poupanças e dos depósitos. Por isso, observou-se uma queda da concentração no início da segunda metade dos anos 1990, visto que esses países adotaram políticas de liberalização do mercado, fazendo com que um grande número de novas instituições ingressassem no mercado na primeira metade da década de 1990.

4 As “forças da mudança” da consolidação bancária no Brasil

Esta seção tem por objetivo analisar os principais fatores que levaram ao desenvolvimento do processo de consolidação bancária no Brasil. Tal processo deve-se a um conjunto de fatores que influenciaram a reestruturação do setor bancário brasileiro: a estabilização de preços decorrente da implementação do Plano Real; o programa de privatizações dos bancos estaduais; a abertura ao capital estrangeiro; e a adequação dos bancos aos Acordos da Basiléia.

Tabela 2. Concentração bancária nos países emergentes selecionados, 1994 e 2000.

País	Número de Bancos (1994)	1994		Índice HH (1994)	Número de Bancos (2000)	2000		Índice HH (2000)
		Participação no total dos depósitos (%)	Dez maiores bancos			Participação no total dos depósitos (%)	Dez maiores bancos	
<i>Ásia</i>								
Coréia	30	52,8	86,9	1263,6	13	43,5	77,7	899,7
Malásia	25	44,7	78,3	918,9	10	43,4	82,2	1005,1
Filipinas	41	39	80,3	819,7	27	39,6	73,3	789,9
Taiândia	15	47,5	83,5	1031,7	13	41,7	79,4	854,4
<i>América Latina</i>								
Argentina	206	39,1	73,1	756,9	113	39,8	80,7	865,7
Brasil	245	49,9	78,8	1220,9	193	55,2	85,6	1278,6
Chile	37	39,5	79,1	830,4	29	39,5	82	857,9
México	36	48,3	80,8	1005,4	23	56,3	94,5	1360,5
Venezuela	43	43,9	78,6	979,2	42	46,7	75,7	923,1
Europa Central								
Rep. Tcheca	55	72	97	2101,5	42	69,7	90,3	1757,8
Hungria	40	57,9	84,7	1578,8	39	51,5	80,7	1241,2
Polônia	82	52,8	86,9	1263,6	77	43,5	77,7	899,7

Fonte: IMF (2000, p. 127).

4.1 Plano Real e estabilização de preços

No período anterior ao Plano Real, em que o país vivia um contexto de alta inflação, o sistema bancário brasileiro obteve elevados índices de rentabilidade, se apropriando das receitas obtidas através dos ganhos com a “arbitragem inflacionária do dinheiro” relacionados tanto aos ganhos com o *float*, e quanto aos elevados *spreads* na intermediação financeira. Os ganhos com o *float* eram obtidos basicamente da manutenção no passivo dos bancos de saldos não-remunerados que, aplicados em títulos públicos indexados, rendiam, pelo menos, algo próximo da correção monetária. Como pode ser visto na Tabela 3, tais receitas representavam, em média, 38,5% do valor da produção dos bancos (diferença entre juros recebidos e pagos) no período 1990.93, sendo relativamente mais importante para as instituições públicas do que para os bancos privados.

Com a implantação do Plano Real e o processo de estabilização de preços decorrente, houve a necessidade de reestruturação do setor e a adequação ao novo ambiente. As rendas advindas com o *floating* caíram a zero em 1995. Com a conseqüente remonetização da economia e com o crescimento do consumo resultante da queda da inflação, os bancos puderam obter receitas da intermediação financeira através do aumento do crédito, que cresceu ao longo de 1994,⁸ e com a cobrança de tarifas sobre os serviços bancários que foi significativamente liberalizada.

Em resumo, com o Plano Real e a reversão na trajetória inflacionária cessaram as oportunidades de ganhos inflacionários para os bancos. O sistema bancário entrou em uma fase de adaptação e de ajustamento a este novo ambiente, que englobou, além de uma mudança no seu padrão de rentabilidade, um ajuste na estrutura patrimonial e operacional dos bancos, incluindo um processo de fusões e incorporações.

4.2 Privatização dos bancos estaduais

O mecanismo utilizado pelo governo federal para a privatização dos bancos estaduais foi o PROES – Programa de incentivo para a reestruturação do sistema financeiro estatal – programa implementado em função dos problemas recorrentes que vinham ocorrendo com vários bancos estaduais. Antes mesmo das dificuldades enfrentadas por bancos estatais, com o advento do Plano Real e o fim dos ganhos com a arbitragem inflacionária do dinheiro, já era questionado o papel do estado no sistema

⁸ Este processo é revertido a partir de 1995, em função do “distress” bancário ocorrido em função do forte aperto na política monetária ocorrida no referido ano. Ver, a respeito, a seção 4.4.

Tabela 3. Brasil: receitas inflacionárias das instituições bancárias (%).

Ano	Receitas Inflacionárias.PIB			Receitas Inflacionárias.Produção Imputada		
	Privado	Público	Priv.+ Públ.	Privado*	Público	Priv.+ Públ.
1990	1,4	2,6	4,0	31,3	38,7	35,7
1991	1,4	2,4	3,9	34,7	46,5	41,3
1992	1,7	2,3	4,0	31,3	55,5	41,9
1993	1,6	2,7	4,2	19,6	67,7	35,3
1994	0,7	1,3	2,0	11,1	38,4	20,4
1995	0,0	0,1	0,0	-0,9	2,5	0,6

Fonte: IBGE.DECNA (1997, p. 44-6).

OBS: Os resultados apurados (e a produção imputada) referem-se às receitas inflacionárias apuradas para os segmentos bancos comerciais (incluindo caixas econômicas) e bancos múltiplos.

(*) Os resultados negativos encontrados para os bancos privados em 1995 resultam do forte aperto da política monetária nesse ano, traduzido num maior volume de recolhimento compulsório.

financeiro, em particular dos bancos estaduais,⁹ apesar dos argumentos favoráveis que colocavam a necessidade da correção de distorções do mercado em relação ao crédito. Assim, o principal objetivo do PROES foi de reduzir a participação dos bancos estatais (leia-se estaduais) no sistema bancário brasileiro, realizado dentro de um contexto mais amplo de ajuste fiscal dos estados e de reestruturação da dívida pública.

Sob os arranjos do PROES, o governo federal passou a financiar a reestruturação dos bancos estaduais. Os depósitos estavam protegidos, porém existia diretriz governamental de transferência do controle estatal para o setor privado, ou da mudança da natureza do banco (banco de fomento). As principais resoluções que faziam parte do PROES, através da Medida Provisória 1.514 de agosto de 1996, eram (Puga, 1999, p. 424): (i) 100% dos recursos necessários ao saneamento dos bancos estaduais ficariam condicionados ou à privatização das instituições ou à sua transformação em agências de fomento ou à sua liquidação; (ii) a ajuda federal limitaria-se a 50% dos recursos necessários, caso não houvesse a transferência do controle acionário ou a transformação em agên-

⁹ Um dos problemas apontados sobre estes bancos foi à obtenção, por parte dos governos estaduais, de empréstimos dos próprios bancos locais, levando ao seu enfraquecimento e a pouca eficiência no que se refere à análise de crédito, já que os governos estaduais não davam garantias e muitas vezes ficavam inadimplentes.

cias de fomento (os outros 50% ficariam a cargo dos governos estaduais); (iii) as garantias apresentadas pelos estados, no caso de ajuda federal, deveriam ser apropriadas ao montante do empréstimo; em caso de inadimplência os estados autorizavam o saque, por parte dos credores, dos montantes correspondentes das suas contas bancárias depositárias.¹⁰

Na data do estabelecimento do PROES, em agosto de 1996, o sistema público estadual era composto por 35 instituições, sendo 23 bancos comerciais ou múltiplos. Dos 35 bancos estaduais existentes em 1996, 10 foram extintos, 6 privatizados pelos governos estaduais, 7 federalizados para posterior privatização, 5 reestruturados com recursos do PROES e apenas 3 que não participaram do programa, conforme dados de julho de 1998 (PUGA, 1999, p. 430). Importante ressaltar que as privatizações tiveram, na grande maioria (a compra do Banespa pelo Santander é uma importante exceção), a participação dos bancos nacionais na aquisição dos bancos estaduais saneados (ver Tabela 4), fato que acabou por contribuir para uma diminuição no número dos bancos e em um aumento na concentração bancária no país.

4.3 Desregulamentação e abertura ao capital estrangeiro

O ingresso de bancos estrangeiros no Brasil foi uma das facetas mais importantes do processo de consolidação bancária no país, já que caracterizou um processo novo e incentivado pelo governo federal depois do “distress” bancário de 1995, fazendo parte das diversas ações para fortalecimento do setor bancário. Além disso, deve ser entendido no contexto de uma estratégia da expansão internacional de alguns conglomerados financeiros que ocorre nos anos 1990, tanto para países desenvolvidos quanto para países emergentes, no cenário amplo do processo de desregulamentação financeira (FREITAS, 1999).

Este processo foi iniciado pela maior abertura ao capital estrangeiro ocorrida em 1995. Através da Exposição de Motivos nº 311 – aprovada pelo Presidente da República – o Ministério da Fazenda estabelecia ser de interesse nacional o ingresso ou aumento da participação de instituições financeiras estrangeiras no sistema financeiro nacional, cuja entrada passou a ser analisada caso a caso. Este ingresso, no entanto, estava vinculado inicialmente à necessidade de aquisição de bancos problemáticos (Banco Excel-Econômico e Banco Bamerindus).

¹⁰ O financiamento do governo teria prazo de 30 anos, taxas de juros correspondentes à variação do IGP-DI, acrescida de 6% a.a., e com pagamentos efetuados mensalmente. A partir de julho de 1998 (MP 1.702-26), os estados somente, e tão-somente, poderiam dispor dos recursos do PROES se passassem o controle das instituições para o governo federal que, depois de procedido o saneamento, deveria necessariamente privatizar ou extinguir tais instituições.

Tabela 4. Brasil: Privatização de bancos estaduais.

Data	Instituição privatizada	Instituição compradora	Valor (R\$ milhões)	Ágio (%)
26.06.1997	Banerj	Itaú	311	0,3
07.08.1997	Credireal	BCN	127	5,2
04.12.1997	Meridional	Bozano, Simonsen	266	54,0
14.09.1998	Bemge	Itaú	583	85,7
17.11.1998	Bandepe	ABN Amro	183	0,0
22.06.1998	Baneb	Bradesco	260	3,2
17.10.2000	Banestado	Itaú	1625	303,2
20.11.2000	Banespa	Santander	7050	281,1
08.11.2001	Paraiban	ABN Amro	76	52
04.12.2001	BEG	Itaú	665	121,1
24.01.2002	BEA	Bradesco	183	0,0
10.02.2004	BEM	Bradesco	78	1,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Antes da liberalização ocorrida em 1995, a legislação brasileira limitava bastante a entrada das instituições financeiras estrangeiras. A Lei 4.131, de 1962, aplicou o princípio da reciprocidade, em que, aos bancos estrangeiros autorizados a funcionar no Brasil, seriam aplicadas as mesmas restrições ou vedações que a legislação de seus países de origem impunham. A Lei 4.595, de 1964, estabeleceu que a entrada de instituições financeiras só poderia ocorrer mediante prévia autorização do Banco Central ou decreto do Poder Legislativo. O artigo 52 das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 proibiu a instalação no Brasil de novas agências das instituições estrangeiras já instaladas no país, mas manteve aberta a possibilidade de acesso das instituições financeiras estrangeiras ao mercado doméstico, uma vez que tais restrições não se aplicavam a autorizações resultantes de acordos internacionais, reciprocidade, ou decisões de interesse nacional (PUGA, 1999, p. 425-26).

Pode-se destacar, dentre as principais aquisições feitas por bancos estrangeiros no Brasil:¹¹ (i) a compra do Bamerindus pelo britânico HSBC, que adquiriu o controle com recursos do PROER e, com isso, ficou sendo,

¹¹ Para uma análise sobre os determinantes e efeitos da entrada de bancos estrangeiros no Brasil, ver Paula (2002) e Carvalho *et al.* (2002).

até novembro de 1998, o maior banco estrangeiro no sistema financeiro brasileiro; (ii) o espanhol Santander (BSCH), já presente no país, comprou o Banco Geral do Comércio em agosto de 1997 e o Noroeste em outubro de 1997 e em 2000 adquiriu o Grupo Meridional; em seguida, em novembro de 2000 comprou o Banespa (a maior aquisição bancária feita nos últimos anos), passando a ocupar a 6^a colocação no ranking geral dos bancos; (iii) o Sudameris, de controle italiano/francês, adquiriu o Banco América do Sul em março de 1998; (iv) o espanhol Bilbao Vizcaya adquiriu, em outubro de 1998, o Excel-Econômico; (v) o holandês ABN Amro Bank comprou o Banco do Estado de Pernambuco, e em novembro de 1998, o Banco Real, e passou a ser o maior banco estrangeiro na época.¹²

Deve ser destacado ainda que, recentemente, a turbulência do mercado financeiro na América Latina e a aversão global ao risco em 2002 provocaram uma retração na expansão dos bancos estrangeiros no Continente e no Brasil. No caso brasileiro, a tentativa de venda do Sudameris do Brasil (Grupo Intesa) ao Banco Itaú, posteriormente vendido ao ABN Amro, e a venda do BBV Banco para o Bradesco, no início de 2003, são sinais claros que alguns bancos estrangeiros que não conseguiram criar escala suficiente para competir no varejo decidiram vender seus ativos no Brasil.

Por fim, a reação dos grandes bancos privados nacionais – em particular, Bradesco Itaú e Unibanco – à penetração dos bancos estrangeiros, participando ativamente do processo de F&As bancárias é uma das características mais distintas do processo de consolidação bancária no Brasil. Entre outras, cabe assinalar a compra do Banerj, BEMGE, Banestado, Banco Fiat e BBA pelo Itaú; BCN.Credireal, Boavista, Banco Ford, Mercantil de São Paulo e BBV Banco pelo Bradesco; Nacional, Bandeirantes e Fininvest pelo Unibanco. Os bancos privados nacionais vêm desde o início participando da onda de F&As no Brasil, através de aquisições de bancos estaduais em leilões de privatização e de bancos domésticos nacionais e estrangeiros de porte médio, mantendo sua hegemonia no setor bancário brasileiro, com participação relativa de 40,8% do total de ativos em 2003, contra 20,7% dos bancos estrangeiros e 31,0% dos bancos federais (Banco do Brasil e CEF) no mesmo ano.

4.4 Crise bancária de 1995/1996 e a crise externa de 1997/99

Como visto, devido à implementação do Plano Real, em julho de 1994, o sistema financeiro sofreu mudanças estruturais para adaptação

¹² Mais recentemente, o ABN Amro adquiriu comprou o Sudameris, passando a ser de novo o maior banco estrangeiro no Brasil.

ao novo ambiente de baixa inflação. Com as diversas mudanças ocorridas e, posteriormente, devido à ameaça de crise bancária em 1995/96, foi necessária a implementação de um programa de reestruturação do sistema financeiro. No entanto, problemas estruturais no setor somente foram sentidos algum tempo depois, pois, nos meses subseqüentes à implementação do Plano Real, a perda das receitas do *floating* foi parcialmente compensada pelo aumento das operações de crédito e de receitas vindas da tarifação dos serviços bancários.

No segundo trimestre de 1995, a política restritiva adotada pelo governo para combater os efeitos da crise mexicana,¹³ somada a essa fase de adaptação das instituições financeiras, geraram uma forte contração no crédito e um aumento generalizado da inadimplência. A reestruturação bancária veio como resposta a este quadro de iminente crise sistêmica que se agravou com a liquidação do Banco Econômico em agosto de 1995, que necessitou da intervenção do Banco Central. Quando o Banco Nacional foi liquidado, em novembro do mesmo ano, o governo implementou um conjunto de medidas preventivas e, entre elas, se destacavam a criação do PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) e o incentivo a fusões e aquisições bancárias. Com base em Rocha (2001, p.7), pode-se sumariar as principais medidas tomadas: (i) bancos insolventes passaram a ser assumidos por outras instituições; (ii) houve a regulamentação do Fundo Garantidor de Créditos,¹⁴ com efeito retroativo ao início do Plano Real; (iii) foi majorado o capital mínimo para abertura de novos bancos, desestimulando este procedimento; (iv) foram expandidos os poderes do BACEN no caso de intervenção da instituição financeira. Com estas medidas, mais um provisionamento de liquidez aos bancos feito pelo Banco Central e outros bancos federais, foi possível reverter o quadro de risco sistêmico no setor bancário brasileiro, sem problemas para os depositantes.¹⁵ Algumas das principais F&As ocorridas em 1995/97, portanto, foram realizadas com os recursos do PROER (ver Tabela 5).

No contexto das crises externas ocorridas em 1997 e 1998, resultado do contágio das crises asiática e russa, os bancos puderam fazer um ajuste na sua estrutura patrimonial, por meio do aumento na participação de aplicações em títulos públicos indexados ao câmbio e a taxa de

¹³ A elevação das taxas básicas de juros de 20% a.a. para 65% a.a. provocou forte diminuição do ritmo de crescimento econômico.

¹⁴ É um fundo criado para oferecer garantia a determinados créditos mantidos por correntistas ou investidores contra instituições financeiras submetidas a regime especial de liquidação extrajudicial.

¹⁵ Para um aprofundamento dos motivos pelas quais a crise bancária brasileira de 1995/96 não se configurou em crise sistêmica do setor bancário, ver Carvalho (1998). Ver, ainda, Corazza (2000).

Tabela 5. F&A bancárias com incentivos do PROER.

Instituição vendida	Instituição Compradora	Publicação no Diário Oficial da União
Banco Nacional	Unibanco	18.11.1995
Banco Econômico	Banco Excel	30.04.1996
Banco Mercantil	Banco Rural	31.05.1996
Banco Banorte	Banco Bandeirantes	17.06.1996
Banco Martinelli	Banco Pontual	23.08.1996
Banco United	Banco Antônio Queiroz	30.08.1996
Banco Bamerindus do Brasil	HSBC	02.04.1997

Fonte: Puga (2001, p. 8), a partir de dados do Banco Central do Brasil.

overnight na composição do ativo, acompanhado de uma contração creditícia, o que, além de permitir uma maior flexibilidade na alocação do portfólio, proporcionou aos bancos um *hedge* cambial contra a possível desvalorização cambial, que de fato viria a ocorrer no início de 1999 (Paula *et al.*, 2001). Os bancos, em seu conjunto, conseguiram se posicionar de modo defensivo e, até mesmo, em condições de extrair vantagem do ambiente de instabilidade macroeconômica. Esta estratégia de flexibilidade patrimonial permitiu a eles ampliarem a participação dos títulos públicos pós-fixados e/ou atrelados à correção cambial em seu portfólio, alterando a sua composição segundo as suas expectativas de curto prazo sobre o comportamento da economia brasileira. É importante entender o comportamento do setor bancário durante a crise externa de 1997/99, e as condições em que se deu o ajustamento do setor, porque, no caso brasileiro, ao contrário de outras experiências da década de 1990, o setor bancário brasileiro passou incólume à crise externa. Isto explica, em parte, o vigor dos bancos privados nacionais na recente onda de F&As bancárias.

4.5 Efeitos do Acordo da Basileia¹⁶

No período posterior à implementação do Plano Real, em função dos problemas relacionados à reestruturação bancária acima assinalados, procurou-se adotar medidas prudenciais mais restritivas ao setor bancário, com vistas à maior solidez do setor. A busca de solidez do

¹⁶ Para maiores informações sobre o Acordo da Basileia no Brasil, ver Puga (1999, seção 2.1) e Rocha (2001).

setor bancário muitas vezes entrou em conflito com o objetivo de estímulo à competitividade. No caso do Brasil, os problemas bancários levaram a que se privilegiasse a solidez do sistema, dando-se pouca atenção aos princípios de defesa da concorrência.

Em função da adesão do Brasil aos acordos da Basileia (Resolução nº 2.099, de 17.08.1994), o governo brasileiro estipulou que a exigência de capital mínimo, ponderado pelo risco das operações ativas do banco, que os bancos teriam de reter seria de 8% em relação ao risco das suas operações ativas, sendo esse valor posteriormente elevado para 10%, e em seguida para 11%. Essa medida dificultou a sobrevivência de algumas instituições de pequeno e médio porte que atuavam normalmente com alavancagem maior do que a das grandes instituições. Outro importante princípio definido foi o de aumento do capital inicial para autorização de funcionamento dos bancos. Esta última restrição foi importante para a intensificação das F&As, pois, na impossibilidade de novos aportes dos controladores, restaria a solução da venda do banco, admissão de novos sócios ou redução das operações ativas (ROCHA, 2001, p.11). Conforme pode ser observado na Tabela 6, observa-se que os bancos brasileiros, no que diz respeito à exigência de capital mínimo em relação ao risco das operações ativas, possuem um perfil conservador, já que este percentual supera, com folga, os limites estipulados pelo Acordo da Basi-

Tabela 6. Índice de Basileia dos maiores bancos privados* (%).

Bancos	jun/01	jun/02	jun/03	jun/04
Bradesco	13,3	14,3	16,4	18,1
Itaú	14,2	15,7	17,1	19,8
Unibanco	14,4	13,4	16,7	16,7
Santander Banespa	11,8	13,6	16,4	16,4
ABN AMRO	21,5	15,0	14,6	18,4
Safra	13,7	12,1	13,2	13,8
HSBC	12,6	12,3	12,3	13,2
Citibank	11,7	14,7	14,5	15,8
Votorantim	13,7	15,4	20,1	19,9
Bankboston	11,02	11,9	16,9	23,9

Fonte: Banco Central do Brasil.

*10 maiores bancos de acordo com o balanço de junho de 2003.

léia. Este resultado não é surpreendente, considerando que a aplicação em títulos públicos – que compõem boa parte das aplicações dos bancos – é considerada risco zero para efeito do cálculo do referido índice.

5 Avaliação preliminar dos impactos da consolidação bancária no Brasil

Esta seção analisa preliminarmente alguns impactos do processo de concentração bancária no Brasil, em termos da dimensão do setor bancário (número de bancos, agências, funcionários, etc.), *market share*, grau de eficiência e desempenho, grau de concentração bancária, margem de intermediação financeira, etc.

5.1 Dimensão do sistema bancário e *market share*

Mais recentemente, acompanhando a tendência internacional e como conseqüência do processo de reestruturação bancária, o número de instituições financeiras no Brasil vem diminuindo. Dentro das características do sistema financeiro, vemos que esta queda possui dois momentos: (i) fim da alta inflação em 1994 e a conseqüente eliminação dos ganhos com a arbitragem inflacionária do dinheiro, que levou as instituições que tinham como principal fonte de receitas este tipo de ganho a desaparecerem; e (ii) onda de F&As bancárias, ocorridas a partir de 1997, quando se acentuou a redução no número de instituições no sistema financeiro.

Observando-se a Tabela 7, do total de instituições financeiras em funcionamento no período de dezembro de 1994 a dezembro de 2004, pode-se perceber que esta tendência de queda se acentua a partir de 1997, devido, sobretudo, à diminuição do número das Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários (SCTVM), das Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários (SDTVM) e de bancos múltiplos. A diminuição no número de bancos múltiplos no período analisado é bastante relevante, caindo de 210 instituições em 1994 para 139 bancos em 2004, em função principalmente do processo de F&As ocorrido, em particular, no período 1996/2002. Os motivos das F&As já foram discutidos na seção anterior, e resultou – em boa medida – das medidas governamentais de ajuste do setor (PROER, PROES e abertura externa), e de uma posterior resposta do mercado.

Com relação ao número de funcionários, a tendência de queda se mostrou bastante clara desde 1989, como mostra a Tabela 8. Este quadro reflete o movimento de redução da força de trabalho nos bancos, mais nos públicos do que nos privados, que já vinha ocorrendo desde o Plano Cruzado (PAULA, 1998, p.109). A reestruturação do setor parece estar

Tabela 7. Quantidade de instituições financeiras em funcionamento no Brasil.

Tipo	1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun
Banco Múltiplo	180	174	174	169	169	167	164	157	153	147	143	139	141	139	139	139
Banco Comercial	36	28	28	25	25	25	28	31	28	24	23	24	23	24	24	24
Banco de Desenvolvimento	6	6	6	5	5	5	5	5	4	4	4	4	4	4	4	4
Caixa Econômica	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Banco de Investimento	22	22	22	21	21	21	19	18	20	21	23	22	21	21	21	21
Sociedade de CFI	49	44	44	42	42	43	43	44	42	43	46	46	47	47	47	46
Sociedade Corretora de TVM	202	194	194	193	193	191	187	184	177	171	161	157	147	145	139	139
Sociedade Corretora de Câmbio	37	39	39	39	39	40	41	41	43	42	42	42	43	45	47	47
Sociedade Distribuidora de TVM	238	210	210	190	190	182	177	168	159	152	151	151	146	141	138	138
Sociedade de Arrendamento Mercantil	80	83	83	81	81	80	78	75	72	69	65	58	58	54	51	51
Sociedade de Crédito Imobiliário, Associação de Poupança e Empréstimo e Sociedade de Crédito Imobiliário Repassadora	22	21	21	19	19	19	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18
Companhia Hipotecária	3	4	4	6	6	6	7	7	7	6	6	6	6	5	6	6
Agência de Fomento	-	3	3	5	5	7	8	8	9	9	10	10	11	12	12	12
Total	877	830	830	796	796	787	776	757	733	707	693	678	666	656	646	646

Fonte: Banco Central.

fortemente relacionada ao corte nos postos de trabalho, como resultado da busca de maior eficiência operacional dos bancos. Os principais fatores desta tendência são: (i) introdução de novas tecnologias de comunicação e a automação bancária; (ii) novas formas de organização do trabalho, que criam grupos de trabalho com menos supervisão dispensando cargo de chefia intermediários; (iii) terceirização, cuja função é transferir tarefas anteriormente feitas dentro da empresa para uma outra firma contratada, cortando os postos e, conseqüentemente, os custos; e (iv) as F&As ocorridas recentemente, que têm provocado o corte nos postos de trabalho que existam em duplicidade nas empresas associadas, levando à obtenção de economias de escala e redução dos custos unitários.

Tabela 8. Estoque estimado de empregos no setor financeiro (*).

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Jun/99
Estoque	811.425	740.745	687.326	669.413	658.849	624.756	558.691	497.109	463.329	420.218	408.209
Var. Absoluta	12.424	-70.680	-53.419	-17.913	-10.564	-34.093	-66.065	-61.582	-33.780	-43.111	-12.009
Var. Relativa	n.d.	-8,7%	-7,2%	-2,6%	-1,6%	-5,2%	-10,6%	-11,0%	-6,8%	-9,3%	-2,9%

Fonte: DIEESE – Linha Bancários – CAGED-MTb – Módulo I.

(*) Os valores são estimativas. A base de cálculo é o estoque em 31/12 da RAIS 1995.

Analisando o *market share* do setor bancário (Tabela 9), a partir do controle do capital, o dado que mais chama a atenção foi o aumento da participação dos bancos com controle estrangeiro em 1997/2001. Em dezembro de 1995, os bancos com controle estrangeiro tinham apenas 8,4% do total de ativos do setor bancário brasileiro, enquanto que essa participação atingiu a 30,0% em dezembro de 2001, diminuindo a partir de então em função da aquisição de alguns bancos estrangeiros de médio porte por parte de grandes bancos privados nacionais (Bradesco e Itaú). A participação do Banco do Brasil e da CEF variou bastante no período 1995/2003 em função da reestruturação patrimonial ocorrida nesses bancos. Ainda assim, esses bancos mantiveram ao final de 2003 uma participação de 31% no total de ativos do setor bancário, percentual semelhante ao de 1995 (30%). Os bancos privados nacionais tiveram uma pequena queda no seu *market share* em 1996/1999, mas com uma importante recuperação em 2000/03 (participação relativa de 40,8% no total de ativos em 2003), demonstrando a vigorosa reação do setor privado nacional à investida das instituições estrangeiras no mercado bancário brasileiro.

¹⁷ Para maiores informações, DIEESE (1999).

Tabela 9. Participação percentual das instituições nos ativos da área bancária.

Instituição	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Bancos com Controle Estrangeiro	8,39	9,79	12,82	18,38	23,19	27,41	29,86	27,38	20,73
Bancos Privados Nacionais	39,16	39,00	36,76	35,29	33,11	35,23	37,21	36,93	40,76
Bancos Públicos*	21,90	21,92	19,06	11,37	10,23	5,62	4,30	5,87	5,79
CEF	16,40	16,47	16,57	17,02	17,06	15,35	10,97	11,66	13,04
Banco do Brasil	13,91	12,52	14,42	17,44	15,75	15,63	16,76	17,12	18,40
Cooperativas de Crédito	0,24	0,30	0,37	0,50	0,66	0,76	0,90	1,04	1,28

Fonte: Banco Central.

(*) Não inclui CEF e Banco do Brasil.

5.2 Grau de concentração bancária

Com a implementação do Real, em julho de 1994, houve uma tendência ao aumento no grau de concentração dos bancos privados, graças ao fim dos ganhos com a arbitragem inflacionária do dinheiro que restringiu a atividade das instituições que se utilizavam deste tipo de receita como única fonte de ganho. A partir de 1996 há uma nova tendência à desconcentração (tanto do segmento privado quanto do estatal) devido à redução na participação dos bancos oficiais no setor bancário (em parte decorrente da privatização de bancos estaduais), do aumento da concorrência do capital estrangeiro no setor etc. (Paula, 1998). Este movimento, contudo, é revertido a partir do segundo semestre de 1997.

A tendência à concentração mostra-se clara quando se analisa a Tabela 10. A partir de 1997, observamos aumento da concentração, referente aos ativos totais, nos 5 maiores grupos bancários (RC5) de 50,51% no 1º semestre de 1997 para 59,75% no 2º semestre de 2004 e nos 10 maiores grupos bancários (RC10) de 62,12% para 79,16% no mesmo período. Quando se levam em consideração os dados referentes à concentração no segmento privado, a tendência à concentração após 1997 se mostra ainda mais acentuada, um resultado esperado considerando que este foi o segmento mais dinâmico na recente onda de F&As bancárias.

Por fim, cabe ressaltar que a maior concentração no mercado bancário brasileiro pode evidenciar a existência de uma estrutura de mercado oligopólica, que pode ser um dos fatores de explicação dos elevados

Tabela 10. Indicadores de concentração bancária: ativos totais* (%).

Ano	Semestre	RC2	RC5	RC10	RC20
1998	I	33,12	53,21	66,73	79,10
	II	30,89	49,63	62,19	73,78
1999	I	34,77	55,68	69,29	82,57
	II	33,65	54,36	68,64	82,94
2000	I	32,47	52,45	66,79	81,60
	II	31,59	55,16	70,70	86,04
2001	I	26,88	51,98	70,25	85,26
	II	28,13	52,53	69,68	84,45
2002	I	28,30	53,94	72,08	86,45
	II	30,83	58,65	74,79	88,03
2003	I	32,79	61,27	77,57	89,91
	II	33,68	62,06	79,69	90,65
2004	I	32,30	59,39	78,28	90,53
	II	31,64	59,75	79,16	90,85

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Central do Brasil.

*Notas sobre o cálculo dos índices de concentração: 1) no período 1998-2002 foi considerado o total do setor bancário menos o BNDES; 2) no período 2003-2004 foi considerado o total do Consolidado Bancário I, que corresponde a mais de 95% do total do setor bancário e que contém os conglomerados em cuja composição se verifica pelo menos uma instituição do tipo Banco Comercial ou Banco Múltiplo com carteira comercial além das demais instituições financeiras do tipo Banco Múltiplo com carteira comercial ou Caixa Econômica que não integrem conglomerados.

spreads e tarifas bancárias no país, uma vez que as receitas não seriam suficientemente sensíveis a mudanças nos custos bancários.¹⁸

5.3 Lucratividade, margem de intermediação financeira e receitas com tarifas

Não há uma clara tendência no comportamento da margem líquida de juros no período 1998-2004,¹⁹ ainda que no período recente (2002/04) observa-se uma clara elevação nessa margem, em função principalmente

¹⁸ Ver a respeito, Belaisch (2003).

¹⁹ De acordo com Belaisch (2003, p. 7), "as margens líquidas de juros [no Brasil] como proporção do total dos ativos bancários ainda mantêm-se alta quando comparada com outros países latino-americanos. Elas são ainda mais elevadas quando comparadas como os EUA, Japão e a zona do Euro".

do comportamento dos bancos privados nacionais (Tabela 11). A margem líquida de juros pode ser interpretada *ceteris paribus* com um indicador do sucesso de um banco em gerar lucros, que é uma medida de eficiência microeconômica. No Brasil, as margens de juros líquidas dos bancos estrangeiros têm sido em média maiores do que a dos bancos privados nacionais, enquanto que as dos bancos federais têm sido baixas. O possível incremento da competição bancária que resulta da entrada de bancos estrangeiros não tem causado um declínio na margem de juros líquida, conforme seria esperado de acordo com as evidências da

Tabela 11. Margem de intermediação financeira e receita com tarifas dos bancos selecionados (%).

Mês/ano	Margem de Intermediação Financeira				Receitas com tarifas.receitas totais			
	BPF	BPN	BPE	TOTAL	BPF	BPN	BPE	TOTAL
jun/98	1,39	2,58	3,11	1,93	9,07	11,53	11,8	8,64
dez/98*	1,14	2,55	2,83	2,15	8,78	12,38	9,89%	8,79
jun/99	0,71	2,32	4,94	2,67	7,11	8,07	5,29	5,78
dez/99	1,85	2,67	3,47	2,63	10,68	14,09	9,65	9,85
jun/00	1,80	2,55	2,28	2,35	14,05	14,43	9,82	11,21
dez/00	1,68	2,28	0,58	1,96	13,03	14,16	7,62	10,54
jun/01**	0,17	2,16	3,21	1,78	12,88	12,52	8,20	9,93
dez/01	1,71	2,89	3,40	2,40	14,81	12,01	9,37	10,50
jun/02	2,18	1,85	3,44	2,52	15,05	11,42	8,01	9,65
dez/02	2,61	2,31	4,99	3,28	11,87	10,36	6,54	8,20
jun/03	2,50	2,65	3,20	2,76	13,13	12,55	10,75	10,94
dez/03	2,64	2,91	3,76	3,10	14,75	14,09	13,43	12,67
jun/04	2,24	2,66	3,78	2,73	16,55	15,35	13,38	13,84
dez/04	2,57	3,56	3,15	3,07	17,49	14,84	15,84	14,43

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Central do Brasil.

Obs.: BPN: 4 maiores bancos privados nacionais (Bradesco, Itaú, Unibanco e Safra).

BPE: 6 maiores bancos estrangeiros (Santander, ABN-Amro, Bankboston, HSBC, Citibank; Sudameris até dez.2003).

BPF: 2 maiores bancos públicos federais (Banco do Brasil e CEF).

TOTAL: inclui todos os conglomerados financeiros públicos e privados.

(*) Exclui o ABN-Amro cujos dados foram comprometidos por conta da absorção do Real.

(**) Exclui o Santander cujos dados foram comprometidos por conta da absorção do Banespa.

literatura (Claessens *et al.* 1998). Alta lucratividade bancária, contudo, expressa elevadas taxas de juros e *spreads* bancários durante o período analisado. Isto só pode ser entendido se for considerado as características específicas do contexto macroinstitucional no Brasil, que têm permitido aos bancos combinarem liquidez e rentabilidade na composição de seu portfólio.²⁰

A lucratividade tem sido maior nos bancos privados do que nos bancos públicos (Tabela 12). A lucratividade dos bancos privados nacio-

Tabela 12. Lucratividade dos maiores bancos no Brasil – 1998.2004 (%).

Mês/ano	ROA				ROE			
	BPF	BPN	BPE	Total	BPF	BPN	BPE	Total
jun/98	0,25	0,72	0,50	-0,02	5,52	7,95	6,34	-0,28
dez/98*	0,27	1,18	0,42	0,54	6,46	11,43	4,75	6,84
jun/99	0,26	1,16	1,11	1,11	6,41	11,48	11,38	13,04
dez/99	0,22	1,12	0,36	0,52	4,92	10,20	3,57	5,81
jun/00	0,18	1,21	0,36	0,60	4,32	11,38	4,03	7,08
dez/00	0,32	1,09	0,51	0,35	7,71	10,58	5,24	4,15
jun/01**	-1,69	1,26	0,98	0,25	-33,03	12,19	10,87	2,79
dez/01	0,18	1,34	0,94	0,48	3,83	12,27	10,12	5,24
jun/02	0,49	0,91	1,48	0,93	11,29	8,57	14,73	10,20
dez/02	0,52	0,98	1,84	0,94	12,45	10,39	16,54	10,75
jun/03	0,57	1,07	0,78	0,79	11,97	9,96	5,96	8,37
dez/03	0,54	0,73	0,75	0,74	11,47	7,07	5,59	8,03
jun/04	0,52	1,08	0,79	0,77	10,75	10,28	6,49	8,57
dez/04	0,62	1,59	0,48	0,93	11,55	14,19	3,77	9,62

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Central do Brasil.

(*) Exclui o ABN Amro cujos dados ficaram comprometidos por conta da absorção do Real.

(**) Exclui Santander cujos dados ficaram comprometidos por conta da absorção do Banespa.

ROA: Lucratividade do ativo; ROE: Lucratividade sobre patrimônio.

BPF, BPN e BPE: ver observações da Tabela 11.

²⁰ Segundo Paula e Alves Jr. (2003, p. 347), “o comportamento dos bancos no Brasil tem sido determinado pelo contexto macroeconômico-institucional específicos da presente fase da economia brasileira. De fato, o entorno macroeconômico tem mostrado uma influência decisiva em tal comportamento (...), com os bancos obtendo vantagens com a alta taxa de juros as condições sob as quais o governo gerencia a dívida interna” (p. 347).

nais, determinada pelo desempenho dos três maiores bancos privados (Bradesco, Itaú e Unibanco), tem sido bem mais elevada e estável do que a lucratividade dos bancos estrangeiros no período analisado. De fato, esses bancos têm reagido positivamente à entrada de bancos estrangeiros, obtendo economias de rendas através de atividades de venda cruzada e, ao mesmo tempo, tomando parte ativamente da recente onda de F&As no Brasil.²¹ Deve ser destacado, ainda, o crescimento da rentabilidade dos bancos federais no período recente, como resultado de uma gestão de mercado nesses bancos nos últimos anos.

Por fim, existe uma tendência de crescimento das receitas de tarifas no Brasil nos três segmentos do setor bancário brasileiro (federal, estrangeiro e privado nacional), devido à maior diversificação de negócios dos grandes bancos universais varejistas. Pelos padrões internacionais, entretanto, a participação relativa da receitas de tarifas é ainda relativamente baixa, ainda que venha aumentando significativamente nos últimos anos, provavelmente devido ao fato de que as atividades de intermediação financeira são ainda as maiores fontes de receita dos bancos brasileiros.

6 Algumas especificidades do caso brasileiro, à guisa de conclusão

A partir da análise e das evidências apresentadas no artigo, podemos extrair algumas conclusões com relação a algumas especificidades do processo de consolidação bancária no Brasil:

- De modo geral, o Brasil acompanhou algumas tendências gerais da consolidação bancária nos países desenvolvidos e em países emergentes, entre as quais se destacam a redução do total de instituições financeiras e o aumento no grau de concentração bancária. Contudo, esta tendência não se verificou em sua plenitude, já que a margem de intermediação financeira tem se mantida alta, como resultado, entre outros fatores, do contexto de instabilidade macroeconômica que tem caracterizado a economia brasileira nos últimos anos e do forte crescimento da dívida pública; as receitas com tarifas, embora tenham crescido nos últimos anos, ainda têm uma participação relativamente baixa no total das receitas bancárias, o que é explicado em parte pelas altas receitas proporcionadas pela intermediação financeira.
- A consolidação bancária no Brasil, tal como em outros países da América Latina, foi inicialmente do tipo “consolidação como resposta a estruturas

²¹ Segundo Paula (2002, p. 87), o melhor desempenho dos grandes bancos nacionais privados pode ser atribuído a “diferenças culturais e o alto nível de desenvolvimento e sofisticação do setor bancário no Brasil, que resultou de sua habilidade de se adaptar ao período de alta inflação”.

bancárias frágeis”, já que foi em boa medida resultado de iniciativas tomadas pelo governo brasileiro a partir da (quase) crise bancária de 1995, em particular através de programas específicos de reestruturação bancária (PROER e PROES) e da flexibilização nas normas de entrada de bancos estrangeiros; num segundo momento, e paulatinamente, este processo foi sendo também conduzido pelo mercado, através de uma onda de F&As liderada por bancos estrangeiros e por bancos privados nacionais.

- Tal como em outros países da América Latina (Argentina e México), a penetração de bancos estrangeiros no mercado bancário doméstico, resultado tanto do processo de expansão internacional de alguns conglomerados financeiros quanto de uma flexibilização nas normas de entrada de bancos estrangeiros, foi um dos fatores determinantes do processo de consolidação bancária.
- Uma das especificidades do caso brasileiro foi a vigorosa reação dos bancos privados nacionais à entrada dos bancos estrangeiros, participando inicialmente de forma ativa da onda de F&As, realizando importantes aquisições, e, posteriormente a partir da retração dos bancos estrangeiros, passando mesmo a comandar este processo.

Referências

- BELAISCH, A. “Do Brazilian banks compete?”. *IMF Working Paper* 03.113, 2003.
- BIS *66th Annual Report*. Basel: Bank for International Settlements. 1996.
- BIS. *Quarterly Review*, August. Basel: Bank for International Settlements. 1999.
- BIS. *71st Annual Report*. Basel: Bank for International Settlements. 2001.
- BIS. *73rd Annual Report*. Basel: Bank for International Settlements. 2003.
- BIS. *74th Annual Report*. Basel: Bank for International Settlements. 2004.
- CARVALHO, F.C. (1998). “The Real stabilization Plan and the banking sector in Brazil”. *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, v. LI, n. 206, p. 291-326, setembro.
- CARVALHO, C.E, STUDART, R. e ALVES Jr., A.J. (2002). “Desnacionalização do setor bancário e financiamento das empresas: a experiência brasileira recente”. *Texto para Discussão IPEA* n. 882, maio. Brasília: IPEA.
- CLAESSENS, S., DEMIRGUÇ-KUNT A. & HUIZINGA, H. (1998). “How does foreign entry affect the domestic banking market?”. *World Bank Discussion Paper*. Washington: The World Bank.
- CORAZZA, G. (2000). “Crise e reestruturação bancária no Brasil”. *Anais do XXVIII Encontro Nacional de Economia*. Campinas, ANPEC, 12 a 15 de dezembro.
- DIEESE (1999). *Evolução Recente do Emprego Bancário no Brasil*. Belo Horizonte, <http://www.bancariosbh.org.br/demissoes.empregobancario.htm>. Acesso: nov, 2002.
- FREITAS, M.C.P. (1999). “Abertura do sistema bancário ao capital estrangeiro”. In Freitas, M.C. (org.), *Abertura do Sistema Financeiro no Brasil nos Anos 90*. São Paulo, IPEA/Fapesp.
- GROUP OF TEN (2001). “Report on consolidation in the financial sector”, <http://www.bis.org>, January. Acesso: jun. 2002.
- HAWKINS, J. & MIHALJEK, D. (2001). “The banking industry in the emerging markets economies: competition, consolidation and systemic stability”. *BIS Papers no. 4*. Basle: BIS.

- IBGE/DECNA. (1997). *Sistema financeiro: uma análise a partir das contas nacionais, 1990-1995*. Rio de Janeiro: IBGE/DECNA.
- IMF (2001). *International Capital Markets: Developments, Prospects, and Key Policy Issues*: International Monetary Fund. Chapter V, pp.120-177. August. Acesso: jun, 2002.
- PAULA, L.F. (1998). "Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil". *Nova Economia*, v. 8, n. 1, pp.87-116, Junho/Dezembro.
- _____. (2002). "Expansion strategies of European banks to Brazil and their impacts on the Brazilian banking sector". *Latin American Business Review*, v. 3, n. 4, pp. 59-91.
- PAULA, L.F. & ALVES JR., A.J. (2003). "Banking behavior and the Brazilian economy after the Real Plan: a Post Keynesian approach". *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review* no. 227, pp. 337-365, December.
- PAULA, L.F., ALVES JR., A.J. & MARQUES, M.B.L. (2001). "Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real (1994-1998)". *Estudos Econômicos*, v. 31, n. 2, pp. 286-319, Janeiro/Março.
- PUGA, F.P. (1999). "Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial". *Textos para discussão*, n. 68, Rio de Janeiro: BNDES, Março.
- ROCHA, F. (2001). "Evolução da concentração bancária no Brasil:1994-2000". Banco Central do Brasil. Brasília. *Notas Técnicas*, n. 11. 39 p. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso: ago, 2002.